



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

2009/2011

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representante da categoria profissional, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade de primeiro grau, com sede na Rua Santo Amaro, 255 – São Paulo – Capital – CEP – 01315-903, registrado no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº DNT 26.261/40 e inscrito no CNPJ sob o nº 61.726.618/0001-28, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Edson Ribeiro Pinto**, portador do CPF/MF nº 004.225.768-91, e assistido pelo advogado, **Dr. Nivaldo Pessini**, inscrito na OAB/SP sob o nº 24.775 e portador do CPF/MF nº 020.104.968-68, e de outro, como representantes da categoria econômica, a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, entidade sindical de segundo grau, com sede na Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – 5º andar – Bela Vista – São Paulo – Capital – CEP – 01313-020, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego – Processo DNT sob o nº 25797/42, e inscrita no CNPJ sob o nº 62.658.182/0001-40, neste ato representada pelo **Sr. Ivo Dall'Acqua Júnior**, portador do CPF/MF nº 747.240.708-97, assistido pelo advogado, **Dr. Fernando Marçal Monteiro** – OAB/SP nº 86.368 e CPF/MF nº 872.801.598-34, que representa também os seguintes Sindicatos filiados, conforme procurações anexas, a saber: **Sindicato do Comércio Atacadista de Alcool e Bebidas em Geral no Estado de São Paulo** – CNPJ nº 60.936.622/0001-58 e Registro Sindical – Processo nº 491.149-47, com sede na Rua Riachuelo nº 96, 5º andar – Cj. 502 – SP – CEP – 01007-000; **Sindicato do Comércio Atacadista de Bijuterias do Estado de São Paulo** – CNPJ nº 53.452.769/0001-07 e Registro Sindical – Processo nº 320.422/83, com sede na Rua Pamplona nº 818 - 4º and. Cj. 41 – SP – CEP – 01405-001; **Sindicato do Comércio Atacadista de Café no Estado de São Paulo** – CNPJ nº 58.251.414/0001-73, e Registro Sindical – Processo nº DNT 8.550, com sede na Rua XV de Novembro, 137 – Centro Histórico – Santos/SP – CEP – 11010-151; **Sindicato do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo** – CNPJ nº 47.192.950/0001-29, e Registro Sindical – Processo nº 46010.000867/95, com sede na Rua Miguel Carlos, 41 – 4º andar – CJ 42 – CEP 01023-010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios no Estado de São Paulo** – CNPJ nº 49.087.232/0001-18 e Registro Sindical – Processo nº 318.862/72, com sede na Av. Senador Queiros, 605 – 23º andar – Cj. 2312 – CEP – 01026-001; **Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens de São Paulo** – CNPJ nº 62.809.777/0001-59 e Registro Sindical – Processo nº DNT 25.565/40, com sede na Rua Capitão Mór Gerônimo Leitão, 108 –



2º andar – sala 26 – São Paulo – CEP 01032-000; **Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 96.473.962/0001-37 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.005152/91-15, com sede na Rua Eugênio de Medeiros, 321 – Pinheiros – CEP – 05425-000; **Sindicato do Comércio Atacadista de Materiais de Construção de São Paulo** – CNPJ n.º 61.786.075/0001-34 e Registro Sindical – Processo n.º 25558, com sede na Rua Abolição, 66 – cj. 23 – CEP – 01319-010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Produtos Químicos e Petroquímicos no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 43.450.014/0001-10 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.009049/2002-07, com sede na Rua Maranhão, 598, 4º andar, Higienópolis – CEP – 01240-000; **Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa e não Ferrosa do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 38.891.073/0001-93 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.048149/90, com sede na Rua Rui Barbosa, 95 – 5º andar - Sala 52 - Bela Vista – SP – CEP – 01326-010; **Sindicato do Comércio Atacadista de Tecidos, Vestuários e Armarinhos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.202.759/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 25.569/40, com sede na Rua Paula Souza, 79 - 2º andar - Cj. 21 – São Paulo – SP – CEP – 01027-001; **Sindicato do Comércio Atacadista de Vidro Plano, Cristais e Espelhos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.085/0001-01 e Registro Sindical – Processo n.º 131-360, livro 23 página 25 no ano de 1954, com sede na Rua dos Italianos, 471 - 1º andar – sl. 03 – São Paulo – SP – CEP – 01131-000; **Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas do Estado São Paulo** – CNPJ n.º 62.650.833/0001-55 e Registro Sindical – Processo n.º 64/1941, livro 2 folha 25, com sede na Praça da República, 180 - 6º andar – SP – CEP – 01045-000; **Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas Ornamentais do Estado São Paulo** – CNPJ n.º 38.876.744/0001-47 e Registro Sindical – Processo n.º 25.563/40, com sede na Rua Boa Vista, 356 - 15º andar – SP – CEP – 01014-000; **Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado São Paulo** – CNPJ n.º 49.087.273/0001-04 e Registro Sindical – Processo n.º 8877/1941, com sede na Rua Vinte e Quatro de Maio, 35 – 13º andar – SP – CEP – 01041-001; **Sindicato do Comércio Varejista de Material de Construção, Maquinismos, Ferragens, Tintas, Louças e Vidros da Grande São Paulo** – CNPJ n.º 62.809.769/0001-02 e Registro Sindical – Processo n.º 25.563/40, com sede na Rua Boa Vista, 356 - 15º andar – SP – CEP – 01014-000; **Sindicato do Comércio Varejista de Material Médico, Hospitalar e Científico no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.803.069/0001-00 e Registro Sindical – Processo n.º 169.347, com sede na Rua Senador Feijó, 40 – 3º andar – Cj 31– SP – CEP – 01006-000; **Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico Fotográfico e cinematográfica no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.660.436/0001-64 e Registro Sindical – Processo n.º 218.092, com sede na Av. Nove de Julho, 40 – 11º andar – Cj 11– SP – CEP – 01312-900; **Sindicato do Comércio Varejista de Peças e Acessórios para Veículos no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 62.703.368/0001-73 e Registro Sindical – Processo n.º 25.555/40, com sede na Av. Paulista, 1009 – 5º andar – Cj 101– SP – CEP – 01311-919; **Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Pneumáticos do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 52.807.013/0001-70 e Registro Sindical – Processo n.º 202.857/53, com sede na Av. Paulista, 1499, 5º andar – conjunto 506 à 509 – SP – CEP – 01311-928; **Sindicato do Comércio Varejista de Veículos**



Automotores Usados no Estado de São Paulo – CNPJ n.º 59.839.001/0001-77 e Registro Sindical – Processo n.º 24440.054608/88, com sede na Av. Indianópolis, 1371 – Bairro Planalto Paulista – SP – CEP – 04063-002; **Sindicato dos Cemitérios Particulares do Brasil** – CNPJ n.º 67.001.560/0001-31 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.15124/99, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.128 – 12º andar – Cj. 1202 – CEP – 01451-903; **Sindicato de Lavanderias e Similares do Município de São Paulo e Região** – CNPJ n.º 47.463.198/0001-70 e Registro Sindical – Processo n.º 46000.007324-02-40, com sede na Rua Pais de Araújo, 29 – Cj. 111/113 – CEP – 04531-090; **Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos e Máquinas para Terraplanagem e Construção Civil do Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 65.033.565/0001-10 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 46000.021666/2004-34, com sede na Rua Monte Caseros, 153 – Butantã – SP – CEP – 05590-130; **Sindicato dos Representantes Comerciais e das Empresas de Representação Comercial no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.748.332/0001-80 e Registro Sindical – Processo n.º 138.871/66 e 167.878/66, com sede na Av. Brigadeiro Luis Antonio, 613 – SP – CEP – 01317-000; **Sindicato do Turismo e Hospitalidade de Ribeirão Preto** – CNPJ n.º 56.014.632/0001-69 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 13.963, com sede na Rua Amador Bueno, 565 – SP – CEP – 14010-070; **Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de São Paulo** – CNPJ n.º 60.748.811/0001-05 e Registro Sindical – Processo DNT n.º 904.785/50, com sede na Av. Vieira de Carvalho, 115 – 11º andar – SP – CEP – 01210-010; **Sindicato do Comércio Varejista de Americana e Região** – CNPJ n.º 60.714.771/0001-72, Registro Sindical – Processo n.º 46000.008229/93, com sede na Rua Manoel dos Santos Azanha, n.º 22 – CEP 13465-710; **Sindicato do Comércio Varejista de Araçatuba e Região** – CNPJ n.º 43.763.093/0001-19, Registro Sindical – Processo n.º 46000.002046/95, com sede na Rua Silva Jardim, n.º 798 – Araçatuba – CEP 16015-433; **Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara** – CNPJ n.º 43.975.432/0001-20, Registro Sindical – Processo n.º 237.586/63 e SR10536, com sede na Rua Voluntários da Pátria, n.º 1435 – Centro – Araraquara – CEP 14801-320; **Sindicato do Comércio Varejista da Baixada Santista** – CNPJ n.º 58.251.794/0001-46 e Registro Sindical – Processo n.º 35792.029416/92-15, com sede na Av. Ana Costa, 25 – Vila Mathias – Santos – SP – CEP – 11060-001; **Sindicato do Comércio Varejista da Barretos** – CNPJ n.º 58.251.794/0001-46 e Registro Sindical – Processo n.º 35792.029416/92-15, com sede na Av. Ana Costa, 25 – Vila Mathias – Santos – SP – CEP – 11060-001; **Sindicato do Comércio Varejista de Bragança Paulista** – CNPJ n.º 51.913.200.0001/76 e Registro Sindical – Processo n.º 16.176/42, com sede na Rua. Cel. João Leme, 304 – 2º andar – Sla. 25/27 - Bragança Paulista – SP – CEP – 12900-161; **Sindicato do Comércio Varejista de Guarulhos e Região** – CNPJ n.º 66.655.226/0001-39 e Registro Sindical – Processo n.º 24000006792/91 com sede na Rua Caraguatatuba, 17 – Guarulhos - SP – CEP – 07012-090; **Sindicato do Comércio Varejista de Itapetininga** - CNPJ n.º 49.706.633/0001-09 e Registro Sindical – Processo n.º 32.590, com sede na Rua Silva Jardim, n.º 307 – Centro – Itapetininga – SP – CEP – 18200-010; **Sindicato do Comércio Varejista de Itu** – CNPJ n.º 50.235.464/0001-55 e Registro Sindical – Processo n.º 143.281, com sede na Rua Santa Rita, 997 – C.P. 488 – Centro – Itu – SP – CEP – 13300-550; **Sindicato do Comércio Varejista de Jundiaí e Região** – CNPJ n.º



54.135.728/0001-50 e Registro Sindical – Processo n.º 24.440.01803/85, com sede na Rua Senador Fonseca, 651 – Jundiaí – SP – CEP – 13201-017; **Sindicato dos Lojistas do Comércio de Campinas e Região** – CNPJ n.º 46.106.712/0001-90 e Registro Sindical – Processo n.º 46010.005682/93, com sede na Rua General Osório, 883 – 7º andar – Centro – Campinas – SP – CEP – 13010-111; **Sindicato dos Lojistas do Comércio de São Paulo** – CNPJ n.º 62.661.269/0001-76 e Registro Sindical – Processo n.º DNT 25.564/40, com sede na Rua Coronel Xavier de Toledo, 99 – Centro – SP – CEP – 01049-001; **Sindicato do Comércio Varejista de Marília** – CNPJ n.º 50.842.194/0001-40 e Registro Sindical – Processo n.º DNT 46000.005046/93-71, com sede na Av. Gonçalves Dias, 248 – Centro – SP – CEP – 17501-030; **Sindicato do Comércio Varejista de Presidente Prudente** – CNPJ n.º 48.810.436/0001-72 e Registro Sindical – Processo n.º 304.284, com sede na Rua Siqueira Campos, 602 – Presidente Prudente – SP – CEP – 19010-061; **Sindicato do Comércio Varejista de Ribeirão Preto** – CNPJ sob o n.º 56.014.640/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º DNT 11.733/42, com sede na Rua Lafaiete, 394 – 2º andar – Centro – Ribeirão Preto – SP – CEP – 14015-080; **Sindicato do Comércio Varejista de São Carlos e Região** – CNPJ n.º 59.621.136/0001-61 e Registro Sindical – Processo n.º 1.129/45, com sede na Rua Riachuelo, 130 – São Carlos - SP – CEP – 13560-110; **Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos** – CNPJ n.º 50.012.137/000134 e Registro Sindical – Processo n.º 715.495, com sede na Av. Nove de Julho, 211 – Vila Adyana - SP – CEP – 12243-000; **Sindicato do Comércio Varejista de São José do Rio Preto** – CNPJ n.º 60.005.881/0001-65 e Registro Sindical – Processo n.º 33066, com sede na Rua Bernadino de Campos, 2.976 – Sl. 502 - SP – CEP – 15015-300; **Sindicato do Comércio Varejista de Sorocaba** – CNPJ n.º 50.807.973/0001-05 e Registro Sindical – Processo n.º 33.021/41, com sede na Av. Barão de Tatuí, 751 – Sorocaba – SP – CEP 18030-000, e o **Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté** – CNPJ n.º 72.308.778/0001-73 e Registro Sindical – Processo n.º 170/2005, com sede na Rua Visconde do Rio Branco, 51 – SP – CEP 12020-040, celebram, na forma dos artigos 611 e seguintes da CLT, a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

1ª - REAJUSTE SALARIAL

Conforme negociado entre as partes, as empresas concederão, um reajuste salarial aos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, pela aplicação do percentual de 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento), correspondente ao período de 01.07.08 a 30.06.09, incidente sobre os salários vigentes em 01.07.08.

Parágrafo primeiro - Fica certo, porém, que poderão as empresas optar para a majoração salarial aqui referida, pela aplicação dos mesmos percentuais, critérios e datas fixados para os salários da categoria preponderante da correspondente empresa em que forem estabelecidos e estiverem em vigência por meio de diploma legal, sentença normativa, convenção ou acordo coletivo.



Parágrafo segundo – Em razão da vigência de que trata a cláusula 32 desta convenção, na data base de 1º de julho de 2010, haverá reajuste salarial pelos mesmos critérios ora utilizados, qual seja, aplicação do percentual correspondente à variação do INPC do IBGE do período de 01.07.09 a 30.06.10, que incidirá sobre os salários já reajustados em 01.07.09, vigorando o novo valor a partir de 01.07.10, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo terceiro – O índice de reajuste mencionado no parágrafo 2º será, na época oportuna, consignado em **TERMO DE ADITAMENTO** à presente norma.

2ª - INCIDÊNCIA DO REAJUSTE SALARIAL

O reajuste salarial constante da cláusula anterior será aplicado sobre às seguintes formas de remuneração:

- a) Salário fixo ou parte fixa do salário;
- b) Salário tarefa (quantias fixas por unidade vendida ou duplicada cobrada);
- c) Valores fixos mensais, ou tarifados, pagos a título de ajuda de custo, diárias ou cobertura de despesas;
- d) Quantia fixa mensal correspondente à média comissional garantida nos 03 (três), 06 (seis) ou 12 (doze) últimos meses, anteriores à transferência ou restrição de zona de trabalho, no caso de ocorrência destas hipóteses por ato unilateral do empregador, com redução de vantagens, devendo prevalecer a melhor média apurada com base nos critérios aqui previstos.

3ª – EMPREGADOS ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE

Para os empregados admitidos após a data-base deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) Ao salário de admissão em funções com paradigma será aplicado o mesmo percentual de aumento salarial concedido nos termos da presente convenção, ao paradigma, desde que não ultrapasse o menor salário da função.
- b) Em se tratando de função sem paradigma, a majoração salarial prevista nesta convenção, será calculada de forma proporcional em relação à data de admissão.

4ª - COMPENSAÇÕES

Ao serem majorados os salários na conformidade das cláusulas 1ª, 2ª e 3ª, desta convenção, serão compensados todos os reajustes, espontâneo ou compulsórios, concedidos pelas empresas.



Parágrafo único – Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção, mérito, antiguidade, transferência, equiparação salarial, implemento de idade e término de aprendizagem.

5ª – SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado aos empregados abrangidos por esta norma, à exceção do menor aprendiz, um salário normativo que obedecerá os seguintes critérios, valores e datas, e que abrange todas as verbas remuneratórias, ou seja, parte fixa do salário, comissões e percentuais:

A partir de 1º de julho de 2009

- a) Salário Normativo de Admissão: R\$ 677,00 (seiscentos e setenta e sete reais) mensais;
- b) Salário Normativo de Efetivação: R\$ 857,00 (oitocentos e cinquenta e sete reais) mensais.

Parágrafo primeiro - Entende-se por salário normativo de admissão aquele devido durante o período de experiência adotado pela empresa, até 90 dias da data de admissão do empregado, inclusive no período de prorrogação legal.

Parágrafo segundo - Entende-se por salário normativo de efetivação aquele que venha a ser pago após o término do mencionado período de experiência.

Parágrafo terceiro - Em razão da vigência de que trata a cláusula 32 desta convenção, na data base de 1º de julho de 2010, haverá reajuste dos valores estabelecidos nas alíneas “a” e “b” desta cláusula, pela aplicação do percentual correspondente à variação da INPC do IBGE do período de 01.07.09 a 30.06.10, vigorando os novos valores a partir de 01.07.10.

Parágrafo quarto – Os valores decorrentes dos reajustes mencionados no parágrafo 3º desta cláusula serão, na época oportuna, consignados em **TERMO DE ADITAMENTO** à presente norma.

6ª – CÓPIA DO CONTRATO OU ANOTAÇÃO NA CTPS

As empresas fornecerão aos empregados admitidos a partir da vigência desta norma, mediante recibo de entrega, alternativamente e a seu critério:

- a) Cópia do Contrato de Trabalho em que conste o percentual de comissão contratado, e seus eventuais aditamentos ou tabelas de comissões; ou,
- b) Anotação na Carteira de Trabalho (CTPS) do empregado do percentual de comissão, podendo, também, se necessário complementar a aludida anotação com o fornecimento de tabela(s) de comissões.



7ª – DEMONSTRATIVO DAS VENDAS E COMISSÕES

Quando do pagamento de comissões a que fizer jus o empregado, a empresa fornecerá o respectivo demonstrativo das vendas por ele realizadas e comissões a ele creditadas ou pagas.

8ª – PAGAMENTO DO QUILOMETRO RODADO

Para o pagamento, pelas empresas, do quilômetro rodado, nos casos em que seja exigido do empregado o uso de veículo próprio, na sua atividade, deverão ser observados os seguintes critérios de cálculo:

- a) **Veículos a álcool e/ou flex:** 34% (trinta e quatro por cento) do preço do litro de álcool, por quilometro rodado;
- b) **Veículos a gasolina:** 26% (vinte e seis por cento) do preço do litro de gasolina, por quilometro rodado;
- c) **Veículos a gás ou mistos quando também utilizarem gás:** 15% (quinze por cento) do preço do metro cúbico de gás, por quilometro rodado;
- d) **Motocicleta:** 12% (doze por cento) do preço do litro do combustível por quilometro rodado.

Parágrafo primeiro - Estão excluídas da aplicação desta cláusula, as empresas que concedem condições especiais para aquisição do veículo ao empregado.

Parágrafo segundo - Estão excluídas, também, da aplicação desta cláusula, as empresas que adotam critérios e condições específicas mais favoráveis aos empregados.

Parágrafo terceiro - Caberá à empresa o controle da quilometragem, as ser efetuado por uma das seguintes formas exemplificativas, a seu critério:

- a) Conferência de anotação em relatórios elaborados pelo vendedor; ou
- b) Leitura do velocímetro do veículo; ou
- c) Qualquer outra forma de controle a escolha da empresa, inclusive, por estimativa.

Parágrafo quarto - Nos respectivos valores do quilômetro rodado estabelecidos nesta cláusula estão incluídas as estimativas de despesas com combustíveis, troca de óleo, depreciação e manutenção do veículo.



9ª – REMUNERAÇÃO POR COBRANÇA

Fica assegurado ao empregado, o pagamento de 1/10 (um décimo) da comissão contratada, sobre as vendas que o vendedor tiver que cobrar, quando tal tarefa não houver sido estipulada no contrato de trabalho.

10 – SALÁRIO ADMISSINAL

Ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, será garantido, sem considerar as vantagens pessoais, o pagamento do salário fixo ou parte fixa de salário misto ou salário tarefa, ou valores fixos mensais ou tarifados pagos a título de ajuda de custo, diárias ou coberturas de despesas, do empregado substituído.

11 – DAS COMISSÕES NO CÁLCULO DAS VERBAS REMUNETÓRIAS

Fica assegurada a aplicação da média de 03, 06 ou 12 meses (a que for maior) em todos os cálculos trabalhistas em que for devido a apuração por média sobre o salário variável.

12 – CARTA DE REFERÊNCIA

Quando do desligamento do empregado, a empresa lhe fornecerá carta onde conste o período trabalhado.

13 – CARTA AVISO DE DISPENSA

Entrega, contra recibo, de carta-aviso de dispensa ao empregado demitido sob a acusação de prática de falta grave, com as razões determinantes da dispensa.

14 – EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA

Ao empregado atingido por dispensa sem justa causa e que possua mais de 05 (cinco) anos, ininterruptos, de trabalho na atual empresa e a quem, concomitante e comprovadamente falte o máximo de até 18 (dezoito) meses para aquisição do direito à aposentadoria em seus limites mínimos e desde que o empregado tenha comunicado, por escrito, e comprovado a empresa esse seu direito, será garantido emprego ou salário durante o período que faltar para aposentar-se, até o prazo máximo correspondente àqueles 18 meses. Adquirindo o direito, extingue-se a garantia.

Parágrafo único – A interrupção de trabalho somente será considerada como excludente da garantia, quando for superior a 90 (noventa) dias.



15 – COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

Ao empregado em gozo de benefício do auxílio previdenciária ou acidentário fica garantida, entre o 16º (décimo sexto) e o 45º (quadragésimo quinto) dia de afastamento, uma complementação de salário em valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal, respeitado sempre, para efeito de complementação, o limite máximo de contribuição previdenciária. Entende-se por salário nominal o salário fixo, acrescido da média comissional e dos DSR'S calculados na forma da cláusula 11 desta norma.

Parágrafo primeiro – Não fará jus à complementação prevista nesta cláusula o vendedor que tiver direito a comissões sobre pedidos que venham a ser entregues durante o seu afastamento previdenciário e se estas forem superiores à totalidade da complementação referida nesta cláusula.

Parágrafo segundo – Se as referidas comissões forem inferiores ao valor da complementação, fará jus apenas ao diferencial entre as comissões e o valor da complementação.

Parágrafo terceiro – As empresas que concedem Convênio Médico, deverão garantir aos empregados afastados por doença e/ou acidente do trabalho, em gozo do respectivo benefício previdenciário, a manutenção do Convênio médico entre o 16º e o 60º dia, inclusive, do afastamento, ressaltando as condições mais favoráveis em relação ao prazo citado.

Parágrafo quarto – A prorrogação do prazo prevista no parágrafo 3º desta cláusula, poderá ser ampliada, única e exclusivamente, por iniciativa da empresa, prevalecendo entretanto as condições específicas mais favoráveis já praticadas pela mesma.

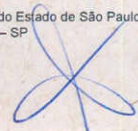
16 – FÉRIAS – INÍCIO

O início das férias coletivas ou individuais, integrais ou parceladas, não poderão coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias pontes já compensados.

17 - EMPREGADAS GESTANTES

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa, da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

Parágrafo único – A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser nas hipóteses de justa, contrato por prazo determinado (inclusive o de experiência), pedido de demissão e acordo para rescisão.



Handwritten initials in blue ink.



18 – PRAZO PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS E MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Nas rescisões contratuais sem justa causa e nos pedidos de demissão, o acerto de contas e homologação serão providenciados pela empresa nos prazos e condições previstos na Lei 7.855, de 24.10.89, ou seja:

- a) Até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato: ou
- b) Até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo único – A multa por descumprimento desta cláusula fica subordinada às disposições da Lei 7.855, de 24.10.89, ou norma legal superveniente.

19 – ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS (MORA SALARIAL)

Em ocorrendo a reincidência pela empresa do não pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente ao vencido, será aplicada a multa no valor de uma diária do salário do empregado, por dia de atraso, limitada em seu total a um salário nominal vigente à data da infração, revertida em favor do empregado prejudicado.

20 – ENTREGA DE RELAÇÃO DE PEDIDOS DEM CARTEIRA PENDENTES, NA RESCISÃO

As empresas deverão entregar a seus empregados no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho u do acerto de contas, relação dos pedidos que ficaram pendentes em carteira.

Parágrafo único – O não cumprimento desta cláusula implicará em aplicação de multa a favor do empregado prejudicado no importe de 5% do salário normativo de admissão, previsto nesta norma.

21 – EMPREGADOS COM 45 ANOS OU MAIS

No caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, por parte do empregador, aos empregados com 45 (quarenta e cinco) ou mais anos de idade e que, concomitantemente, tenham pelo menos 2 (dois) anos de serviços ininterruptos na atual empresa, fica garantido um aviso prévio de 60 dias.

Parágrafo único – No caso do aviso prévio trabalhado, os empregados abrangidos pelas disposições desta cláusula, deverão cumprir apenas 30 dias de aviso prévio, sendo indenizados pelo que exceder.



22 – AUXÍLIO CRECHE

A empresa onde trabalhem, pelo menos, 30 (trinta) empregadas com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, pertencentes à categoria profissional ora conveniente, e que não possua creche própria, poderá optar entre celebrar o convênio previsto no parágrafo 2º do art. 389 da CLT, ou reembolsar diretamente à empregada as despesas havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho legítimo ou legalmente adotado, em creche credenciada, de sua livre escolha, até o limite de 20% (vinte por cento) do salário normativo de efetivação, previsto nesta convenção, por mês, por filho (a) com idade de 0 (zero) até 6 (seis) meses.

Parágrafo primeiro – O auxílio creche desta cláusula não integrará para nenhum efeito, o salário da empregada.

Parágrafo segundo – Estão excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que tiverem condições mais favoráveis, ou acordos específicos celebrados com o sindicato representativo da categoria profissional ora conveniente.

Parágrafo terceiro – O reembolso previsto nesta cláusula beneficiará somente aquelas empregadas que estejam em serviço efetivo na empresa.

23 – ATESTADOS MÉDICOS

Reconhecimento pelas empresas que não mantenham serviço medido próprio ou através de convênio, de atestados médicos expedidos pelo ambulatório do sindicato representativo da categoria profissional ora conveniente.

24 – AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado que perceba remuneração mensal de até 1 (um) salário normativo, a empresa pagará a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes, a quantia correspondente a um e meio salários normativos de admissão da categoria profissional ora conveniente, vigentes à data do falecimento no caso de morte natural ou acidental.

Parágrafo primeiro – Em caso de morte por acidente de trabalho, a empresa pagará, nas mesmas condições desta cláusula, o equivalente a dois e meio salários normativos de admissão da categoria profissional conveniente.

Parágrafo segundo – Esta cláusula não se aplica às empresas que adotem sistema de seguro de vida em grupo.



25 – QUADRO DE AVISOS

As empresas permitirão, desde que solicitadas pelo sindicato profissional ora conveniente, a utilização do quadro de avisos, para afixação de ofícios de interesse da categoria, desde que assinados por sua Diretoria. Esta permissão está condicionada à aprovação do texto pela direção da empresa.

26 – SEGURO DO VEÍCULO

Ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes, de comum acordo entre as partes, quando o empregado efetuar o seguro do veículo de sua propriedade utilizado para o exercício da atividade profissional, caso a empresa reembolse mediante comprovante, 95% (noventa e cinco por cento) do valor desembolsado no referido seguro, limitado ao valor pago por um seguro de veículo nacional, excluídos os modelos de luxo, ficam elas desobrigadas de qualquer outro pagamento referente a perdas e danos do veículo, no período de vigência do seguro.

Parágrafo único: Não se presume obrigação ou responsabilidade das empresas não participantes, pelo pagamento das perdas e danos acima previstos.

27 – CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

As empresas descontarão de todos os empregados pertencentes à categoria profissional diferenciada ora conveniente, associados ou não ao *Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo*, uma contribuição com fulcro no art. 513, letra “e”, da CLT, conforme decidido pela Assembléia Geral Extraordinária, observadas, ainda, a legislação vigente e a jurisprudência que regem a matéria, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) sobre os salários já reajustados em 1º de agosto de 2009, referente ao período de 01.07.2009 a 30.06.2010;
- b) 5% (cinco por cento) sobre os salários já reajustados em 1º de agosto de 2010, referente ao período de 01.07.2010 a 30.06.2011.

Parágrafo primeiro – Para os fins do disposto no caput desta cláusula, entende-se como salário a parte fixa acrescida das comissões e percentagens, estando o valor da contribuição limitado ao valor máximo (teto), por empregado, correspondente a (um) salário normativo de admissão, já reajustado e vigente nas datas-base de 1º de julho de 2009 e 1º de julho de 2010.

Parágrafo segundo – Tal contribuição deverá ser recolhida pelas empresas, através de guias próprias fornecidas pelo *Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo*, junto à Caixa Econômica Federal ou a outro estabelecimento bancário eventualmente indicado, nos seguintes prazos e datas:



- a) período de 01.07.2009 a 30.06.2010 – até o dia 10 de setembro de 2009;
- b) período de 01.07.2010 a 30.06.2011 – até o dia 10 de setembro de 2010.

Parágrafo terceiro – O não recolhimento nesses prazos, acarretará ao empregador o pagamento de multa de 15% (quinze por cento) sobre o montante não recolhido, devidamente corrigido pelos índices de correção dos débitos trabalhistas adotados pelo E. TRT/SP, ou equivalente, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o total, ficando limitados, multa e juros, a 3 (três) salários mínimos vigentes à data do efetivo pagamento.

Parágrafo quarto – Fica garantida aos empregados manifestação de oposição ao desconto, devendo ser expressa por escrito perante o *Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo*, com cópia à empresa, observado o seguinte:

- a) período de 01.07.2009 a 30.06.2010 – oposição deverá ser feita até o dia 15 de agosto de 2009;
- b) período de 01.07.2010 a 30.06.2011 – oposição deverá ser feita até o dia 15 de agosto de 2010.

Parágrafo quinto – No prazo de 30 dias do recolhimento desta contribuição, observados os respectivos períodos, a empresa encaminhará ao *Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo* uma relação contendo os nomes dos empregados da categoria que sofreram o desconto bem como os respectivos valores recolhidos.

Parágrafo sexto – Esta verba visa o reforço dos fundos sindicais de representação: para a presente negociação coletiva, para o treinamento e formação profissional dos membros da categoria através do NUCLAVE – Núcleo de Aperfeiçoamento em Vendas e para manutenção dos demais serviços do Sindicato, inclusive lazer do trabalhador, como Colônia de Férias e afins.

28 – NORMAS DAS CATEGORIAS PREPONDERANTES

Respeitadas as cláusulas objeto desta norma, que são de aplicação específica à categoria profissional diferenciada por ela abrangida, ficam estendidas aos empregados representados pelo sindicato profissional conveniente, as demais cláusulas gerais e respectivos benefícios constantes de eventuais normas coletivas de trabalho existentes, e que estejam e venham a permanecer em vigor na constância desta convenção, bem como das que vierem a ser pactuadas durante a sua vigência, aplicáveis à categoria profissional preponderante nas empresas, isoladamente consideradas, nas quais prestem seus serviços profissionais, prevalecendo a mais benéfica, excluído o disposto na cláusula 1ª desta norma, no caso de cláusulas coincidentes, obedecida, porém, a data de início de vigência da presente convenção, ou seja, 01.07.09.



29 – MULTA

Multa de 10% (dez por cento) do salário normativo de admissão da categoria, por infração, pelo descumprimento das cláusulas previstas nesta convenção coletiva, excluídas as infrações que possuam penalidades específicas previstas nesta norma ou em Lei, revertida essa multa em favor do empregado prejudicado.

30 – RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se às empresas situadas na Capital e na chamada grande São Paulo, ou seja, em São Paulo, Osasco, Guarulhos, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e São Caetano do Sul, que, na medida de suas possibilidades, procurem efetuar a homologação das rescisões no *Sindicato dos Vendedores e Viajantes do Comércio do Estado de São Paulo*.

31 – DIFERENÇAS SALARIAIS

Eventuais diferenças salariais oriundas da aplicação desta convenção coletiva poderão ser complementadas na folha de pagamento referente ao mês de agosto de 2009.

32 – VIGÊNCIA

O período de vigência da presente convenção é de 2 (dois) anos, com início em 1º de julho de 2009 e término em 30 de junho de 2011.

33 – PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO.

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, desta norma, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único: Não obstante a vigência da presente convenção estabelecida na cláusula 32 acima e a despeito da pré-fixação do critério de reajuste de percentuais e valores estabelecidos para as cláusulas 1ª, 5ª e 31, fica ressalvada a provocação, a juízo de qualquer das partes, objetivando a revisão dessas mesmas cláusulas em 1º de julho de 2010, garantindo-se, desde já, a data-base da categoria profissional conveniente em 1º de julho de 2010.




34 – ABRANGÊNCIA

A presente convenção coletiva abrangerá a categoria profissional diferenciada dos empregados vendedores e viajantes do comércio no Estado de São Paulo, ativados em estabelecimentos do comércio e serviços representados pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e pelos demais sindicatos patronais signatários da presente convenção, com abrangência territorial no Estado de São Paulo.

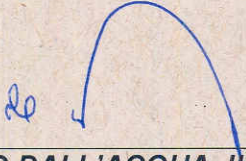
São Paulo, 05 de agosto de 2009.

Pelo Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado de São Paulo


Pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo e demais Sindicatos Patronais



EDSON RIBEIRO PINTO
Presidente
CPF/MF nº 004.225.768-91



IVO DALL'ACQUA JUNIOR
Presidente
CPF nº 747.240.708-97



NIVALDO PESSINI
Advogado
OAB/SP nº. 24.775
CPF/MF nº 020.104.968-68



FERNANDO MARÇAL MONTEIRO
Advogado
OAB/SP nº. 86.368
CPF/MF nº. 872.801.598-34



ALEXANDRE PAZERO
Advogado
OAB/SP nº. 95.232
CPF/MF nº 086.759.198-67